

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

COM EDUARDA ESPOSITO

Vai no duodécimo

A previsão dos congressistas é que não se vote tão cedo o Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) de 2025. Isso porque, na semana que vem, o comando das duas Casas estará dedicado ao Parlamento do G20. Na semana da Proclamação da República, 15 de novembro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deve estar fora de Brasília. Em seguida, vem a cúpula do G20. Sobrarão três semanas para concluir a votação da LDO e do Orçamento. Só um acordo com a liberação das emendas permitirá votar tudo ainda este ano. Caso contrário, este será o primeiro desafio do futuro presidente da Casa.

Clube do G10

A reunião do Parlamento do G20, na semana que vem, não será aberta a todos os deputados e senadores. É que a delegação brasileira deve seguir os moldes das delegações estrangeiras. Portanto, menos de 10 parlamentares. A prioridade de participação é dos integrantes das comissões de relações exteriores.

Fique esperto, Lula!

No programa Frente a Frente, da Rede Vida, que foi ao ar ontem à noite, o presidente do PSB, Carlos Siqueira, foi direto e reto, quando perguntado sobre as pretensões de alguns partidos de ocupar a vaga de vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva em 2026: "Ele não fará a bobagem de substituir um vice com a capacidade e a lealdade de Geraldo Alckmin".

E a anistia, hein?

Arthur Lira será cada vez mais pressionado a decidir, ainda neste ano, sobre a anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. A preção de hoje, a ordem é não votar e deixar tudo como está.

Uma guerra adormecida

Os congressistas deram uma estancada no enfrentamento com o Supremo Tribunal Federal em relação às emendas parlamentares para não prejudicar essa fase de pré-campanha do candidato Hugo Motta (Republicanos-PB) para presidente da Câmara. Mas, assim que estiver tudo definido, a pressão para liberar as emendas voltará com força total. Os parlamentares viram nas declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio

Dino, cobrando o cumprimento da transparência de emendas desde 2022, como um aviso de que só a regulamentação em discussão na Casa não ajudará a liberar as que ficaram suspensas mediante decisão do STF. Até agora, a menos de dois meses do fim do período legislativo de 2024, nem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 foi votada. E, nos bastidores, os deputados dizem que dificilmente será.



Gato escaldado

A ala do PT que pretendia deixar a escolha do presidente da Câmara para janeiro perdeu. Venceu a ponderação de parte da bancada sobre não deixar o candidato de Arthur Lira na chuva agora. Se Hugo Motta vencer sem o PT, vai respingar no governo (leia mais detalhes em post no *Blog da Denise* no site do *Correio Braziliense*).

Números

As apostas de aliados de Hugo Motta são as de que o PT dará 30 votos ao candidato do Republicanos. Os outros 38 deputados ficarão com os adversários do deputado paraibano.

CURTIDAS

Clima no ar/ O silêncio do presidente Lula sobre a anulação de todas as condenações de José Dirceu é, no mínimo, estranho. Afinal, Dirceu foi seu ministro da Casa Civil e é um dos fundadores do PT, partido de toda a carreira de Lula. Nem os parabéns que o ex-ministro desejou nas redes sociais teve resposta. Tem muita gente apostando que a esquerda rachou um pouco mais.

Lula Marques/Idem? PT



Estágio da negação/ O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, não vê os resultados das eleições como uma derrota de Bolsonaro, ao contrário. "Não adianta falar que não, se os números provam a força de Bolsonaro", mencionou em suas redes sociais.

Objetivo comum/ Depois de trocarem acusações e farpas nas redes sociais, o governo e a prefeitura do Rio de Janeiro estão fazendo as pazes. Afinal, o prefeito e o governador são os gestores da vida de milhões de cariocas que têm visto a capital ser tomada pela violência. Passada a eleição, é hora de amenizar os discursos e de se unirem pelo o que realmente importa: o povo.

Foi jogo combinado/ O fato de o candidato do Republicanos, Hugo Motta, ter saído calado quando Arthur Lira anunciou que o apoiaria foi estratégico. Seu partido ainda não havia oficializado a candidatura, que só ocorreu depois do pronunciamento de Lira.

Informe Publicitário

CIEE
INFORMABrasília
ANO IV n° 691

CIEE e Google oferecem 70 mil bolsas de estudos; opções de curso inclui especialização em Inteligência Artificial

A parceria, que começou em 2022, conecta jovens as habilidades necessárias para profissões do futuro

O Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, maior ONG de inclusão social e empregabilidade da América Latina, se une ao Google para ofertar 70 mil bolsas de estudos focadas na área de tecnologia - um dos setores que mais crescem no Brasil. A parceria, que começou em 2022, já ofertou mais de 90 mil bolsas de estudos para jovens em situação de vulnerabilidade de todo País.

Esta edição conta com o acréscimo dos cursos focados nos "Fundamentos da Inteligência Artificial", "Cibersegurança" e "Marketing e E-commerce", e serão mantidas as trilhas de conhecimento nas áreas de "Suporte de TI", "Análise de Dados", "Gestão de Projetos" e "UX Design".

A inscrição gratuita pode ser realizada no link <https://portal.ciee.org.br/quero-me-preparar/google-tech/>. Poderão disputar as bolsas de estudo pessoas a partir dos 16 anos e não será necessário conhecimento prévio nas áreas de interesse. A expectativa é que os aprovados recebam o acesso à plataforma dentro de sete dias após a inscrição.

De acordo com levantamento do Google, ao menos 88% das pessoas que finalizaram os cursos conquistaram um avanço profissional, isso quer dizer que quem concluiu o curso teve um aumento salarial, ou foi promovido, ou até conseguiu um emprego novo após seis meses do término da especialização.



<https://portal.ciee.org.br/quero-me-preparar/google-tech>

Portal do CIEE
ciee.onlineAtendimento por WhatsApp
11 3003-2433Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)#CIEE
IMPARÁVEL

JUDICIÁRIO

Dino pretende limitar emendas

Em evento do IDP, ministro Flávio Dino afirma que vai propor ao plenário um teto para recursos aos parlamentares

» FERNANDA STRICKLAND
» JÚLIA PORTELA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), anunciou a intenção de propor ao plenário da Corte uma análise sobre os limites do uso das emendas parlamentares e seu impacto no equilíbrio entre os Poderes. As informações foram dadas, ontem, durante o XXVII Congresso Internacional de Direito Constitucional, realizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Em sua fala, o ministro abordou os recentes avanços do STF na fiscalização das emendas parlamentares, ressaltando a importância de uma estrutura de transparência e rastreabilidade para o uso desses recursos públicos. Dino, que sucedeu a ministra Rosa Weber na Corte, é o atual relator de uma das ações que examinam a legalidade das emendas de relator — conhecidas como "orçamento secreto" — e das emendas impositivas, que seguem suspensas por decisão liminar do STF.

O mecanismo das emendas parlamentares, que permite a destinação de recursos para projetos indicados por congressistas, foi alvo de intensas críticas nos últimos anos devido à falta de transparência. Em 2022, o Supremo considerou inconstitucional o chamado "orçamento secreto", decisão que agora exige do Congresso medidas para viabilizar a prestação de contas detalhadas desses montantes.

Dino afirmou que o Supremo ainda não está discutindo o volume de recursos empenhados,

Rosinele Coutinho/SCO/STF



Para o ministro, Supremo pode analisar proposta até 2025

mas sinalizou que a Corte pode avançar nessa análise. "O Supremo não está discutindo montante. Ainda. Mas o fará. Pelo menos eu vou propor, em 2025, para que examinemos se isso é compatível com o princípio da separação de Poderes", destacou o ministro.

O futuro dessa análise promete acirrar os debates sobre o papel do Judiciário na revisão de atos orçamentários do Legislativo e do Executivo. Especialistas no Congresso destacaram que a medida pode fortalecer o princípio de transparência e aprimorar o controle público sobre o uso das emendas, ao mesmo tempo em que levanta preocupações sobre um possível excesso de intervenção judicial nas decisões de alocação de recursos pelo Congresso.

Após o evento do IDP, na tarde, Dino esteve reunido

com o senador Angelo Coronel (PSD-BA) e fez sugestões ao texto do projeto de lei que visa regularizar as emendas parlamentares. Entre as propostas estava destinar recursos das emendas de bancada apenas para o próprio estado para garantir que os valores das emendas apresentadas pelas bancadas estaduais sejam aplicados exclusivamente no estado que a bancada representa. A única exceção deve ser para projetos de interesse nacional ou regional.

Dino também sugeriu que seja impedida a destinação fragmentada das emendas de bancada com o intuito de manter o foco nos projetos estruturantes. Além disso, o ministro propôs que a fiscalização das emendas seja feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU).